

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº610/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de brinquedos educativos, instrumentos psicológicos, testes psicológicos e livros especializados destinados ao uso da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, com o objetivo de apoiar atividades lúdicas, educativas, e intervenção psicológica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un	Preço unitário	Preço máximo total
1	29832834 480960	QUEBRA-CABEÇA PARA CRIANÇAS (indicado para idade de 4 à 7 anos aprox.) As peças devem ser suficientemente grandes para evitar risco de ingestão acidental, Fabricado em papelão rígido ou similar, de alta resistência e durabilidade, com espessura mínima de 2 mm, garantindo fácil manuseio pelas crianças e resistência ao desgaste. Impressão de alta qualidade, com cores vivas e nítidas, resistente a manchas, desbotamento e desgaste.; Imagem com temática educativa ou lúdica, como paisagens, animais, desenhos animados ou temas culturais, que estimulem o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo. O produto deve possuir selo de certificação do INMETRO ou equivalente, conforme normas vigentes para brinquedos no Brasil. As dimensões da embalagem devem ser adequadas ao produto e de fácil transporte. A embalagem deverá ser tipo caixa de papelão ou plástico. Tamanho mínimo: 30 x 40 cm. Mínimo de 30 peças.	20	UN	39,46	789,20
2	29833261 486166	LIVRO - ALIENAÇÃO PARENTAL Uma interface do Direito e Da Psicologia. Autora: Caroline de Cássia Francisco Buosi. Editora Juruá.	5	UN	85,18	425,90
3	29833262 486166	LIVRO - Crianças e adolescentes vítimas de violência - Prevenção, Avaliação e Intervenção. ORG. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Luísa Fernanda Habigzang. Editora Juruá.	5	UN	90,29	451,45
4	29833263 486166	LIVRO - Intervenção Psicossocial. Aspectos Teóricos, Metodológicos e Experiências Práticas, Kathia Maria Costa Neiva. Editora Vetor.	5	UN	92,98	464,90
5	29833264 486166	LIVRO - Violência Psicológica por Parceiro Íntimo - Um Olhar das Mulheres - Danielly Brandão Horning Marocki, Maria Cristina Antunes. Editora Juruá	5	UN	76,57	382,85
6	29833265 486166	LIVRO - Acolhimento Institucional -desafios para a reinserção social dos jovens - Marcella Marques de Carvalho. Editora Dialética	5	UN	126,35	631,75
7	29833266 486166	LIVRO - Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Appris	5	UN	80,67	403,35

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

		Editora. Org. Celina Maria Colino Magalhães, Lília Iêda Chaves Cavalcante Agnes de Maria Júnior da Silva, Edson Júnior Silva da Cruz.				
8	29833267 486166	LIVRO - Mãe social e cuidado infantil institucionalizado: um estudo sobre o imaginário coletivo à luz da teoria de d. W. Winnicott. Larissa Garcia Ponce. Editora CRV.	5	UN	50,39	251,95
9	29833268 486166	LIVRO - Comportamento Moral - Uma Proposta para o Desenvolvimento das Virtudes Organizadora: Paula Inez Cunha Gomide. Editora Juruá	5	UN	120,97	604,85
10	29833273 463659	Instrumento de intervenção - Pais Separados (Pais Respondem) - Idea Jogos.	5	UN	49,75	248,75
11	29833274 463659	Instrumento de intervenção - Pais Separados (Filhos Respondem) - Idea Jogos.	5	UN	49,75	248,75
12	29833290 463659	Instrumento de intervenção - Conversa Entre Pais e Filhos, Idea Jogos.	5	UN	53,00	265,00
13	29833293 463659	Instrumento de intervenção - Baralho De Investigação Dos Estilos Parentais: O Impacto Da Forma De Educar No Desenvolvimento Das Crianças, Nathalia Della Santa; Lara Brasileiro, Sinopsys Editora.	5	UN	197,35	986,75
14	29833295 463659	Instrumento de intervenção - Baralho Das Habilidades Socioemocionais - Autor: Silvia Veronica Pacanaro Autor: Maurício O. Bando Autor: Kelen Cristina De Jesus. Editora Nilapress	5	UN	127,88	639,40
15	29833297 463659	Instrumento de intervenção - Resolvendo Conflitos, Idea Jogos.	5	UN	140,18	700,90
16	29833298 463659	Instrumento de Intervenção: boneco de aprox. 30 a 35 cm em feltro com pontos de velcro, um cabelo removível, quatro círculos de cada nas cores vermelho, amarelo e verde com velcro. Gênero: Masculino e Feminino. Cor: Parda	5	UN	97,30	486,50
17	29833299 463659	Instrumento de Intervenção: boneco de aprox. 30 a 35 cm em feltro com pontos de velcro, um cabelo removível, quatro círculos de cada nas cores vermelho, amarelo e verde com velcro. Gênero: Masculino e Feminino. Cor: Rosa Claro	5	UN	97,30	486,50
18	29833304 463659	Instrumento de intervenção - Sou tímido, e agora? 100 cards para compreender a timidez. Fernanda Pasquoto de Souza e Jéssica Helen da Silva Vieira, RICard,s.	5	UN	51,44	257,20
19	29833305 608267	QUEBRA-CABEÇA PARA CRIANÇAS - 500 PEÇAS QUEBRA-CABEÇA PARA CRIANÇAS (indicado para idade de 8 à 12 anos aprox); As peças devem ser fabricadas em papelão rígido ou similar, de alta resistência e durabilidade, com espessura mínima de 2 mm, garantindo fácil manuseio pelas crianças e resistência ao desgaste. Impressão de alta qualidade, com cores vivas e nítidas, resistente a manchas, desbotamento e desgaste.; Imagem com temática educativa ou lúdica, como paisagens, animais, desenhos animados ou temas culturais,	20	UN	57,86	1.157,20



		que estimulem o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo. O produto deve possuir selo de certificação do INMETRO ou equivalente, conforme normas vigentes para brinquedos no Brasil. As dimensões da embalagem devem ser adequadas ao produto e de fácil transporte. A embalagem deverá ser tipo caixa de papelão ou plástico. Tamanho mínimo: 40 x 50 cm. Mínimo de 500 peças.				
20	29833306 622090	Jogo da memória "Quem é esse?" Shiny Toys, com registro no Inmetro.	5	UN	63,68	318,40
21	29833308 477075	Carrinho de Brinquedo, variados modelos, (23cm), produzido em plástico duro, com certificação do Inmetro, com medidas mínimas de 11cmx23cmx11cm, podendo ser aceitos produtos com até 25% de variação em relação as medidas sugeridas.	50	UN	53,45	2.672,50
22	29833310 617428	Carrinho de Brinquedo, tipo caminhão caçamba, (33cm) produzido em plástico duro, certificado pelo Inmetro. Tamanho aproximado: 33cm x 13cm x 18 cm; podendo ser aceitos produtos com até 25% de variação em relação as medidas sugeridas. Peso aproximado de 420g, podendo ter variação de 20%.	10	UN	65,27	652,70
23	29833312 617432	Avião de Brinquedo em plástico duro, certificado pelo Inmetro. Tamanho aproximado: 20 cm x 25cm x 10 cm; podendo ser aceitos produtos com até 25% de variação em relação as medidas sugeridas.	10	UN	39,21	392,10
24	29833313 476013	Soldado de Brinquedo em plástico de alta qualidade, com altura mínima de 10 cm, certificado pelo Inmetro, podendo ser aceitos produtos com até 25% de variação em relação as medidas sugeridas	20	UN	47,99	959,80
25	29833315 610164	Família de Bonecos - Tipo Indígena 06 membros (índio e índia, menino e menina, casal de avós) a altura aproximada dos boneco deve ser de 25cm adultos e 20cm crianças (podendo ser aceito com variação de até 25%), produzido em feltro, antialérgico.	5	KIT	312,32	1.561,60
26	29833328 476011	Boneco articulado de alta qualidade, tipo: criança menino. Fabricada com material plástico durável, seguro, e certificado por órgãos reguladores nacionais. Aproximadamente 14 cm (aceito até 25% de variação na altura). Corpo feito de plástico ABS de alta resistência, pintura detalhada nos olhos, boca e sobrancelhas, Cabelo sintético de alta qualidade(podendo ser aceito pintura ao invés de fios), com textura realista, pontos de articulação nos braços, pernas e cabeça, permitindo movimento e posicionamento. Produto em conformidade com as normas de segurança infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes. Cor: Branco.	10	UN	110,47	1.104,70

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

27	29833329 476013	Boneco articulado de alta qualidade, tipo: criança menino. Cor: Pardo. Fabricada com material plástico durável, seguro, e certificado por órgãos reguladores nacionais. Aproximadamente 14 cm (aceito até 25% de variação na altura). Corpo feito de plástico ABS de alta resistência, pintura detalhada nos olhos, boca e sobrancelhas, Cabelo sintético de alta qualidade (podendo ser aceito pintura ao invés de fios), com textura realista, pontos de articulação nos braços, pernas e cabeça, permitindo movimento e posicionamento. Produto em conformidade com as normas de segurança infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes.	10	UN	128,95	1.289,50
28	29833330 476013	Boneco articulado de alta qualidade, tipo: criança menino. Cor: Preto. Fabricada com material plástico durável, seguro, e certificado por órgãos reguladores nacionais. Aproximadamente 14 cm (aceito até 25% de variação na altura). Corpo feito de plástico ABS de alta resistência, pintura detalhada nos olhos, boca e sobrancelhas, Cabelo sintético de alta qualidade, com textura realista (podendo ser aceito pintura ao invés de fios), pontos de articulação nos braços, pernas e cabeça, permitindo movimento e posicionamento. Produto em conformidade com as normas de segurança infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes.	10	UN	119,28	1.192,80
29	29833334 615283	Dinossauro de Brinquedo, Com Som e Luz, Anda Para Frente, Brinquedo Com Interações, feito em plástico ABS, medidas aproximadas de: 20 x 11 x 7cm (aceita variação de até 25% nas medidas) Produto em conformidade com as normas de segurança infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes.	5	UN	100,90	504,50
30	29833337 618504	Brinquedo tipo geladeira (MATERIAL: PLÁSTICO OU MDF), incluso os seguintes itens na quantidade mínima: 02 Copos - 02 Potes de refrigerante - 07 Frutas diversas - 01 Forminha para gelo - 01 Manteiga - 01 Suco - 01 Leite papel dobrável (Poderá ser aceito produto com itens diferentes, desde que na mesma quantidade). O produto deve ter altura aproximada de 70cm (aceita variação de até 25% nas medidas)	5	KIT	222,10	1.110,50
31	29833339 603100	Mesa infantil com quatro cadeiras para crianças Mesa infantil com quatro cadeiras para crianças, podendo ser de plástico ou madeira e medidas aproximadas da Mesa 68,5 x 51cm (Diâmetro x Altura) e medidas aproximadas das cadeiras 31 x 29 x 53cm (Largura x Profundidade x Altura), poderão ser aceitos produtos com até 20% de variação das medidas sugeridas, Produto em conformidade com as normas de segurança	5	UN	702,44	3.512,20

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

		infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes.				
32	29833343 622090	BRINQUEDO Jogo da memória, com no mínimo 24 pares, produzido em madeira reflorestada ou MDF, as peças devem ter dimensões aproximadas de 5cmx5cm (podendo ter variação de até 20% menores da medida indicada, e de até 80% maiores), podem também ser aceitas peças em formato retangular ou quadrado, a temática do jogo deve ser adequada para crianças a partir de 4 anos. Produto em conformidade com as normas de segurança infantil exigidas pelo Inmetro e outras certificações pertinentes.	10	UN	67,07	670,70
33	29833348 224116	Kit de Pincéis, no mínimo 6 unidades, ponta chata, em pelo sintético ou crina de cavalo, os pincéis devem ter tamanhos diferentes, o cabo deve ser em madeira ou plástico.	10	KIT	54,06	540,60
34	29833349 259466	Caixa de Lápis de Cor, 72 cores, em formato sextavado, produzido em madeira reflorestada	10	UN	144,00	1.440,00
35	29833350 485370	Canetinhas Hidrocolor, estojo com 24 cores. Ponta 2.8mm (aproximadamente)	10	UN	22,60	226,00
36	29833352 476021	Boneco manipulável tipo Marionete, através de cordéis, cerca de 30 cm de altura (já descontando as linhas e o controle), o produto pode ser produzido em madeira, tecido, silicone, pvc e/ou plástico, poderão ser aceitas figuras humanas. Homem, Mulher, Crianças.	10	UN	139,30	1.393,00
37	29833356 479574	Casinha De Boneca Grande 40cm (altura, podendo ser aceita peças maiores) De Madeira mdf ou plástico + Kit Mini Moveis com no mínimo 15 peças. A casa deve possuir no mínimo cozinha, sala e quarto. Caso necessite de montagem o produto deve vir com manual ou QR code de vídeo explicativo. O produto deve ter cor neutra (Exemplo: Branco, Marrom, preto, Areia, Bege).	5	KIT	246,60	1.233,00
38	29833368 605662	Teste Psicológico - Avaliação dos Interesses Profissionais (AIP). Vetor Editora. Contendo: 1 Livro de Instruções (Manual) 1 Livro de Aplicação - Bloco com 25 Folhas 25 Licenças de Correção 1 Livro de Avaliação - Bloco com 25 Folhas 10 Livros de Exercício 1 Crivo de Correção	5	UN	461,92	2.309,60
39	29833369 605662	Teste Psicológico - AIP - Livro de Avaliação	5	UN	44,90	224,50
40	29833370 605489	Teste Psicológico - EFE - Entrevista Familiar Estruturada - Kit: Um Método Clínico de Avaliação Das Relações Familiares, contendo: 1 Manual / 5 Protocolos de Registro.	5	UN	145,73	728,65
41	29833371 605489	Teste Psicológico - EFE - Entrevista Familiar Estruturada: Um Método Clínico de Avaliação Das Relações Familiares - Protocolo de Registro	25	UN	17,45	436,25
42	29833372 620770	Teste Psicológico - IHSA - (kit)	5	UN	326,15	1.630,75

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

		Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette. Coleção completa: Manual, 5 Cadernos de aplicação, 25 Folhas de apuração feminina 12 a 14 anos, 25 Folhas de apuração feminina 15 a 17 anos, 25 Folhas de apuração masculina 12 a 14 anos, 25 Folhas de apuração masculina 15 a 17 anos, Correção informatizada				
43	29833373 620770	Teste Psicológico - IHSA - (folhas apuração fem. 12 a 14 anos) Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette. Folhas de apuração feminina - 12 a 14 anos (25 unidades)	5	UN	67,65	338,25
44	29833374 620770	Teste Psicológico - IHSA - (folhas apuração fem. 15 a 17 anos) Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette. - Folhas de apuração feminina - 15 a 17 anos (25 unidades)	5	UN	67,65	338,25
45	29833375 620770	Teste Psicológico - IHSA - (folhas de apuração masc. 12 a 14 anos) Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette. - Folhas de apuração masculina - 12 a 14 anos (25 unidades)	5	UN	67,65	338,25
46	29833376 620770	Teste Psicológico - IHSA - (folhas de apuração masc. 15 a 17 anos) Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes Almir Del Prette, Zilda A. P. Del Prette. - Folhas de apuração masculina - 15 a 17 anos (25 unidades)	5	UN	67,65	338,25
47	29833377 620770	Teste Psicológico - IHSC - Invent. de Habil. Sociais Conjugais - Kit Completo 01 Manual de aplicação, apuração e interpretação; 05 Cadernos de aplicação; 01 Bloco com 25 folhas de apuração masculino; 01 Bloco com 25 folhas de apuração feminino; 05 Correções informatizadas.	5	UN	294,97	1.474,85
48	29833378 620770	Teste Psicológico - IHSC - Inv. de Hab. Sociais Conjugais (fl. ap. M.) - Folhas de apuração masculina (25 unidades)	5	UN	58,06	290,30
49	29833379 620770	Teste Psicológico - IHSC - Inv. de Hab. Sociais Conjugais (fl. ap. F) - Folhas de apuração feminina (25 unidades)	5	UN	58,06	290,30
50	29833380 622921	Teste Psicológico - IPSF - Inv. de Percepção de Suporte Familiar (kit) - contendo: 1 Livro de Instruções (Manual) 1 Livro de Aplicação - Bloco com 25 Folhas 1 Crivo de Correção	5	UN	206,03	1.030,15

51	29833381 622921	Teste Psicológico- IPSF - Inv. de Percepção de Suporte Familiar (25 F) - Livro de Aplicação - Bloco com 25 Folhas	5	UN	57,33	286,65
TOTAL						40.712,75

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, devendo ser incluído para os próximos exercícios financeiros.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de entrega

4.1. Brinquedos Educativos: Devem atender às normas de segurança estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

4.2. Instrumentos Psicológicos e Testes Psicológicos: Devem ser certificados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

4.2.1. Devem incluir manuais de aplicação, correção e interpretação, quando aplicável.

4.3. Todos os produtos devem ser entregues novos, sem uso, e em perfeitas condições, acompanhados de certificados de qualidade, quando aplicável.

4.4. Os brinquedos devem possuir o selo de qualidade do INMETRO.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.5. Na presente contratação foi admitida a indicação de marcas em razão da natureza de itens como Livros, Testes Psicológicos, Instrumentos de Intervenção e brinquedos ou jogos com marca registrada, conforme consta nos descritivos dos itens da tabela acima, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, nº 795, Bairro Sagrada Família, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85.660-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. A relação de gestora e fiscais está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.10.1. No caso dos testes psicológicos verificar na Plataforma SATEPSI se encontram-se com parecer favorável do Conselho Federal de Psicologia.

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. As certidões mencionadas nos itens 8.23 e 8.24, quando omissas da data de validade irão considerar o prazo de 90(noveenta) dias da expedição.

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% (dez por cento) valor total estimado da parcela pertinente.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. As empresas que se enquadram como MEI (Micro Empreendedor Individual), ficam dispensadas da apresentação de Qualificação Econômico-Financeira.

Qualificação Técnica (Dispensada para a presente contratação)

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$... (por extenso), conforme custos unitários apostos na tabela acima

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Dois Vizinhos.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 10. 001- Fundo Municipal de Assistência Social
- II) Fonte de Recursos: 05150 e 0000 – Recursos Ordinários (livres)
- III) Programa de Trabalho: 08.122.0010.2061 – gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 05 de maio de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do TR
Matrícula Funcional 19025-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5678-0885-33DF-BB22

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CÁTIA BONIN (CPF 007.XXX.XXX-46) em 05/05/2025 16:34:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 05/05/2025 16:43:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARTHA DANIELA CARBONI (CPF 077.XXX.XXX-95) em 06/05/2025 09:50:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HELENA HORBATEI (CPF 087.XXX.XXX-00) em 06/05/2025 10:11:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROSILEI DE GODOIS (CPF 003.XXX.XXX-50) em 06/05/2025 16:37:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/5678-0885-33DF-BB22>